

PRODUÇÃO DE CARTILHA JURÍDICA PARA O ENSINO MÉDIO INTEGRADO: FORMAÇÃO CRÍTICA E AUTOPROTEÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO.

Noé Higino de Lima Filho ¹
Nelson Vieira da Silva Meirelles ²

RESUMO

O objeto deste estudo é o processo de produção da cartilha “*Ingressando no mercado de trabalho: dicas rápidas trabalhistas e previdenciárias*”, elaborada como Produto Educacional no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Alagoas, voltada a estudantes do Ensino Médio Integrado da rede federal. O objetivo principal foi oferecer informações acessíveis e essenciais sobre direitos trabalhistas e previdenciários, como FGTS, férias, 13º salário, licença-maternidade e outros benefícios previdenciários, buscando preencher uma lacuna significativa na formação profissional técnica. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, aplicada, com abordagem bibliográfica e documental, de caráter exploratório e descritivo (Gil, 2008), cujo foco é o processo de produção da cartilha como material didático fundamentado em referenciais teóricos críticos com ênfase em autores que defendem uma educação emancipadora e omnilateral, como Paulo Freire (1967, 1980, 1987, 1997), Ausubel (2003), Moreira (2012), Frigotto (2007, 2012), Pacheco (2010) e Kuenzer (2016), entre outros. A cartilha foi desenvolvida como uma ferramenta didática com linguagem clara, estrutura visual objetiva e foco na aprendizagem significativa, partindo do princípio de que o acesso ao conhecimento jurídico básico é fundamental para o exercício da cidadania e para a autoproteção dos estudantes diante de relações laborais potencialmente exploratórias. Como resultado, apresenta-se a própria cartilha, que contribui para a democratização do saber e o fortalecimento da juventude frente às exigências do mercado de trabalho, promovendo uma formação crítica capaz de capacitá-los a atuar de forma consciente e protegida. Este Produto Educacional reforça a importância da integração do Direito do Trabalho e Previdenciário na educação profissional como estratégia de emancipação social e promoção da justiça, colaborando para um ambiente educativo mais justo e inclusivo.

Palavras-chave: Conhecimento Jurídico básico, Educação Emancipadora, Consciência e Conscientização, Inserção Profissional.

¹ Mestrando do Curso Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, do Instituto Federal de Alagoas - IFAL, noehfilho@hotmail.com;

² Professor orientador: Doutor, Universidade Federal da Paraíba, UFPB, nelson.silva@ifal.edu.com.br

